DE “PARDO ANICETO” A “ANICETO ANGELO DA FONSECA”: FRAGMENTOS DO “CAMINHO” PARA A LIBERDADE E DA VIDA COMO LIBERTO[1]

Wagner de Azevedo Pedroso[2]

Este texto deve iniciar destacando que a análise sobre o “pardo” Aniceto é uma ramificação de minha pesquisa de mestrado sobre uma tentativa de insurreição escrava ocorrida no ano de 1863, na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos[3]. O contato com “Aniceto” ocorreu quando, ao pesquisar os registros de batismo de escravizados envolvidos na tentativa insurrecional, encontrei o registro de um escravizado também “pardo” e também chamado “Aniceto” (réu no processo-crime da tentativa insurrecional), ao analisar o documento verifiquei que seu padrinho era Aniceto Angelo da Fonseca (nesse momento apenas Aniceto) que trataremos neste texto. No decorrer da pesquisa do mestrado outras informações sobre Aniceto foram surgindo: registros de batismo (de Aniceto e diversas pessoas que ele apadrinhou), o testamento de seu senhor (José Angelo da Fonseca), sua carta de alforria (e de sua mãe) e seu inventário post-mortem. Será a partir destas documentações e outras encontradas após a finalização do mestrado que serão analisados os fragmentos do percuso de vida de Aniceto.

O “pardo” Aniceto e a Aldeia dos Anjos

Aniceto nasceu, conforme seus registro de batismo, em 29 de março do ano de 1817 na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, uma das freguesias do município de Porto Alegre[4], e foi nesta localidade que cresceu e viveu até sua morte em 4 de junho no ano de 1894. Era

1 TENHO INTERESSE EM PUBLICAR ESTE TEXTO NOS ANAIS DO EVENTO http://www.escravidaoeliberdade.com.br/ .

2 Professor Prefeitura Municipal de Montenegro, Mestre em História pela UFRGS. wagbaco@gmail.com.

3 PEDROSO, Wagner de Azevedo Pedroso. *Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado)

4 Conforme material da FEE (Fundação de Economia e Estatística) o município de Porto Alegre, no ano de 1860, era composto pela capital da Província (Porto Alegre) e mais seis freguesias: Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia

filho da africana, Thereza de nação, escravizada de José Angelo da Fonseca[5]. A partir deste momento busca-se apontar questões que contribuam para a compreensão da localidade de residência de Aniceto e que permitam ajudar a compreender fragmentos de sua vida de escravizado a liberto.

Mapa - Divisão municipal em 1857, localidades próximas a Aldeia dos Anjos

Fonte: Adaptado de FELIZARDO, Júlia. (Org.) Evolução administrativa do Rio Grande do Sul. (Criação dos municípios). Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), Divisão de Geografia e Estatística, p.18. Apud FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

A Aldeia dos Anjos em que Aniceto morava possuia uma posição geográfica privilegiada, se localizava a aproximadamente 40 quilômetros da capital da Província de São Pedro (Porto Alegre) e estava rodeada por outras localidades importantes da Província, como Santo Antônio da Patrulha, Viamão e São Leopoldo (ver mapa). Essa posição tornava a freguesia um local de passagem da

(Gravataí), Pedras Brancas (Guaíba), Barra (Barra do Ribeiro), São Sebastião do Caí, Viamão e Santa Cristina do Pinhal. Fundação de Economia e Estatística. *Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1303-1950*. Porto Alegre, 1981, p.36.

5 "Aos treze dias de abril de mil novecentos e dezessete nesta matriz de Nossa Senhora dos Anjos, batizei solenemente a Aniceto filho natural de Thereza de nação escrava de José Angelo da Fonseca nasceu em vinte e nove de março foram padrinhos Aniceto pardo e [?] escravos do Reverendo Leandro José de Magalhães..." Livro 1, Batismos 4 10.11.1811-19.10.1823, folha 115 verso. site: <www.familysearch.orgp>.

capital para o interior da Província e também para outras partes do Império. Esta posição privilegiada da Aldeia dos Anjos como local de passagem gerava uma grande movimentação de pessoas pela freguesia. Transito que, provavelmente, afetava a vida da população da localidade, não somente dos livres e libertos, como também dos escravizados e, possivelmente, de Aniceto.

Pode-se sugerir que vivendo na Aldeia dos Anjos, Aniceto mantinha contato com diversos habitantes da freguesia, assim como, provavelmente, interagia, em determinados momentos, com pessoas que passavam pela região rumo a capital ou outras regiões da Província de São Pedro. Uma questão que poderia favorecer esse contato se relacionava a sua atividade como *campeiro* na fazenda de seu senhor, provavelmente, lhe permitindo uma maior interação com outras pessoas. A mobilidade espacial dos escravizados campeiros parecia ser comum, conforme apontou Teixeira, ao analisar o caso de um escravizado campeiro chamado Jacinto, a rotina diária de Jacinto:

> ... *envolvia o deslocamento da roça para a casa de seu senhor e vice-versa*. Neste momento e na qualificação realizada em seguida, afirmou quanto à profissão apenas que trabalhava para seu senhor como escravo. Em novo interrogatório disse que *trabalhava 'no que o senhor manda fazer e é campeiro'*. Por fim, no julgamento, disse-se apenas campeiro. *A afirmação como campeiro no desenrolar do processo parece ter sido uma estratégia de qualificação de seu trabalho, mas de um modo geral, pode-se supor que o escravo desempenhava tanto funções agrícolas como pastoris, e que ambas envolviam mobilidade espacial*. (grifo nosso)[6]

Outro caso que ajuda-nos a compreender esta mobilidade espacial dos escravizados da Aldeia dos Anjos se relaciona ao afilhado de Aniceto "Angelo da Fonseca", o também chamado Aniceto e também campeiro, que esteve envolvido em um plano insurrecional em 1863. Conforme disse em seu acareamento, teria sido incumbido pelo escravizado Nazário de aliciar outros escravizados da localidade, "*[...] ir à costa de Sapucaia avisar a Laurindo [...] para que [...] avisasse os escravos da vizinhança para [...] fazerem um levante, o que ele declarante fez [...]*"[7] ou

---

6 TEIXEIRA, Luana. *Muito mais que senhores e escravos*. Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871). Florianópolis: PPGH/UFSC, 2008. (Dissertação de Mestrado), p.100-101.

7 Acareamento de Aniceto, escravo de Januário Gomes Pahim, no dia 28 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 20 v. Pode-se destacar ainda que o trajeto percorrido por Aniceto foi realizado com *"[...] o cavalo que Nazário lhe tinha emprestado para a viagem da Costa [...]"*, como descreveu no mesmo acareamento. Claro que não se pode considerar que tudo isso foi o que realmente aconteceu, mas mesmo que não tenha ocorrido desse jeito, a simples afirmação já aponta que era uma fala que poderia ser aceita pelos livres como algo comum de se ver na localidade.

quando o escravizado "preto" Joaquim disse que Aniceto quase todas as noites passava pela fazenda de seu senhor[8], entre outros relatos que demonstram a mobilidade espacial de Aniceto.

O caso do afilhado de Aniceto Angelo da Fonseca, contribui para demonstrar a mobillidade espacial dos escravizados como algo comum para os *campeiros* da Aldeia dos Anjos. Buscando complexificar a questão da mobilidade, citamos novamente o relato do campeiro Jacinto, apresentado por Teixeira, que dizia que trabalhava *'no que o senhor manda fazer e é campeiro'*, fala que destaca a polivalência do escravizado. Questão que podemos verificar também no caso de Aniceto Angelo da Fonseca, quando é descrito no inventário de seu senhor que além de campeiro, possuia outras habilidades como: "princípio de carpinteiro, hábil para todo o serviço"[9].

A polivalência dos escravizados da Aldeia dos Anjos, talvez se relacione ao predominio de propriedades senhoriais com poucos escravizados, que tornava necessário aos senhores utilizarem seus escravizados nas mais variadas atividades. Talvez mesmo um escravizado que não fosse descrito como *campeiro* desempenhasse essa função em determinados momentos. Apesar dessa polivalência, é provavelmente que o ser campeiro colocou Aniceto em uma posição de destaque entre seus companheiros de cativeiro, conforme Zarth afirma os *campeiros* eram:

> "... encarregados do pastoreio do gado e das demais atividades ligada à criação, as quais exigiam bastante habilidade e resistência. Um bom trabalhador de campo deveria ter bastante prátic no trabalho e um bom conhecimento dos detalhe que cercam a atividade pastoril. *Os cativos campeiros eram, portanto, muito valorizados e considerados os melhores da estância.* (grifo nosso)" [10]

Consideração não ser incomum escravizados desempenharem mais de uma atividade na propriedade senhorial, é provável que Aniceto desenvolvesse as mais variadas atividades na fazenda de seu senhor, desde a agricultura até fabrico de farinha de mandioca, assim como deveria também realizar transporte dos produtos da propriedade para outras localidades. Para compreender melhor

8 Interrogatório de preto Joaquim menor de vinte e um anos, escravo de Francisco Maciel, no dia 27 de agosto de 1863. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS, fl. 17 f.

9 Foi o único dos 9 escravos (4 homens e 5 mulheres) de seu senhor que teve o ofício descrito. APERS. Inventário *post-mortem*. Moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos. Fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre – I Vara da Família e Sucessão - Ano: 1844 – processo: 1453 – Inventário de José Angelo da Fonseca.

10 ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. 208 p. (Coleção Ciências Sociais), p.116.

essa relação das atividades desenvolvidas por Aniceto vamos apresentar alguns dados sobre a Aldeia dos Anjos e das possibilidades de atuação deste escravizado na propriedade de seu senhor

Padrão produtivo, riqueza e as relações com as atividades de Aniceto

Foi em uma das seis freguesias rurais do município de Porto Alegre que Aniceto passou toda sua vida, ou seja, a agricultura era a principal atividade da localidade e também de Aniceto, mas o que especificamente se produzia? Conforme análise dos inventários *post-mortem* da Aldeia dos Anjos (décadas de 1840 e 1860), percebe-se que as principais culturas desenvolvidas eram a de *milho, feijão e mandioca*, também era bastante disseminada a produção de *farinha de mandioca*, havendo em alguma *atividade pecuária*, com a presença de alguns médios e grandes estancieiros[11].

Num contexto produtivo voltado à agricultura, como o da Aldeia dos Anjos, percebe-se que Aniceto residia em uma propriedade que, não tinha na atividade pecuária uma de suas prioridades, conforme o inventário de seu senhor José Angelo da Fonseca, havia apenas vinte e um (21) *gado vacum*. Apesar disso, Aniceto foi relacionado no inventário com o ofício de ***campeiro***.

Sabe-se que Aniceto desempenhava variadas atividades na propriedade de seu senhor (José Angelo da Fonseca), para além do ofício do campeiro. Entre essas atividades, provavelmente, se destaca as relacionadas ao fabrico de farinha de mandioca, visto que na análise dos inventários da Aldeia dos Anjos era comum a presença de atafona (ou tafona) nas propriedades dos inventariados, entre estes temos o senhor de Aniceto que possuia entre seus bens relacionados um sítio com tafona e seus "... pertences de fazer farinha de mandioca..." e "uma lavoura de mandioca..."[12].

Vinícius Oliveira, ao analisar os inventários *post-mortem* da Aldeia dos Anjos entre o período de 1867 e 1888, destacou a importância das atafonas para localidade. Constatando, nesse estudo, que a produção de farinha de mandioca era uma atividade comum entre os senhores da

11 PEDROSO, Wagner de Azevedo Pedroso. *Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado), p.58-72.

12 Havia na propriedade de José Angelo da Fonseca ainda "*uma roça de milho*" e "*dois alqueres de feijão*". APERS. Inventário *post-mortem* de José Angelo da Fonseca, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, 1ª Vara da Família e Sucessão, Ano de 1844, Processo 1453, APERS.

freguesia, destacando que 43,7% (14) dos inventariados possuíam atafona e que, apesar de não serem a maioria dos inventariados, eles detinham 54,7% (87) dos escravizados arrolados[13].

A atividade produtiva da Aldeia dos Anjos, proporcionou a alguns proprietários o acumulo de certa riqueza. Analisando os inventários *post-mortem* (das décadas de 1840 e 1860), percebe-se que grande parte da riqueza dos inventariados da Aldeia dos Anjos, se concentrava principalmente em bens de raiz, escravizados e animais, sendo o primeiro predominante sobre os outros bens avaliados, sendo os escravizados, quase sempre, a segunda maior riqueza destes senhores[14]. Dados que destacam a importância da mão-de-obra escravizada na freguesia, sendo assim, destaca-se que os escravizados do senhor de Aniceto, eram uma de suas principais riquezas (ver tabela 1), representando 47% de toda ela no inventário, quase o mesmo percentual dos bens de raiz (47,8%).

Entre a riqueza do José Angelo da Fonseca pode-se afirmar que Aniceto era um dos principais *bens*, tendo sido avaliado no inventário *post-mortem* como o escravizado mais valioso de todos, o valor atribuido na avaliação (1.000.000,000) representava 22,2% do total dos escravizados relacionados. Destaca-se também que entre os 40 bens relacionados de seu senhor, Aniceto representava 10,4% do total da riqueza de José Angelo da Fonseca.

Tabela 1 – (%) Riqueza em Bens Produtivos de José Angelo da Fonseca (1844)

Bens Produtivos	%	Réis
Bens de Raiz	47,8	4.580.000,00
Escravizados	47,0	4.500.000,00
Gado Vacum	2,8	269.000,00
Equinos	0,6	60.000,00
Utensílios e Ferramentas	1,0	99.400,00
Roça	0,8	76.000,00
Total	98,2	9.584.400,00

Fonte: Inventário *post-mortem* de José Angelo da Fonseca, Fundo 004: Comarca Porto Alegre, 1ª Vara da Família e Sucessão, Ano de 1844, Processo 1453, APERS.

13 OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. Diálogos entre a pesquisa histórica e a memória quilombola: um estudo sobre a Comunidade de Manoel Barbosa/RS In: *Prêmio Territórios Quilombolas* 2ª Edição. Brasília: MDA, 2007, p.158. Destaca-se que a posse de atafona era indicativo de poder econômico na Aldeia dos Anjos e permitia aos proprietários a acumulação de capital, que, provavelmente, foi investida em escravizados, animais e "bens de raiz", assim como também apontou Vinícius Oliveira.

14 PEDROSO, Wagner de Azevedo Pedroso. *Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado), p.59-72

A família “dos Fonsecas” provavelmente acumulou certa riqueza e poder na Aldeia dos Anjos, conforme destacou Luciano de Souza Costa, ao estudar comunidades quilombolas na região de Gravataí e Viamão, os descendentes de “José Fialho” – que foram escravos do grupo familiar dos “Fonsecas” – trabalharam para integrantes dessa família Fonseca. Os entrevistados citaram que estavam entre “os antepassados mais antigos [...] Otacílio Fonseca e Bernardino (Dino) Fonseca, Casemiro (ou Cacildo) Fonseca”. Deve-se atentar para o integrante da família chamado de Bernardino, este era um dos filho de José Angelo da Fonseca, senhor de Aniceto, esses dados apresentados por Costa indicam que essa rede familiar manteve importância por um bom período na Aldeia dos Anjos, ou como sugeriu um dos netos de José Fialho em entrevista: “... a Fonsecada todo mundo do Barro Vermelho trabalhava pros Fonseca...”[15].

O vínculo dos escravizados com antigos senhores, mesmo após a “conquista” de sua liberdade pelos remanescentes de quilombolas, estudados por Luciano de Souza Costa, também podem ser percebidas com o caso de Aniceto. A primeira questão se relaciona ao sobrenome senhorial que será abordada ao final deste texto. A segunda pode ser observada no inventário *post-mortem* do próprio Aniceto “Angelo da Fonseca”, que na descrição de seus *bens de raiz* aponta para um de seus vizinhos ser o Coronel Antonio Rodrigues da Fonseca, um dos filhos de seu antigo senhor, mantendo assim, sua residência próxima a um seus antigos senhores.

Apesar da utilização do trabalho de escravizados parecer ser comum na Aldeia dos Anjos, será que Aniceto vivia em uma localidade com um percentual de habitantes escravizados elevado?

Entre livres e escravos: a demografia da Aldeia dos Anjos e Aniceto

Aniceto, como escravizado, fazia parte de uma sociedade na qual a mão-de-obra escravizada representava em torno de 1/4 dos habitantes da Aldeia dos Anjos, durante o século XIX. Destaca-se que não havia um grande número de cativos nesta localidade, se comparado a outras regiões escravistas do Império, mas se comparada ao contexto da Provincia de São Pedro, temos um percentual considerável. Esse perfil demográfico restringirá a Aldeia dos Anjos a um padrão de pequenos grupos de escravizados por propriedade senhorial, com a pedrominância de propriedades com 4 ou menos escravizados, sendo assim, qualquer proprietário que tivesse mais que esse número

15 COSTA, Luciano de Souza. *Anastácia, Manuel Barbosa e Ferreira-Fialho, famílias e territórios negros*: tradição e dinâmica territorial em Gravataí e Viamão, RS. Porto Alegre: PPGA/UFRGS, 2007, P. 62-64.

com certeza detinha certa riqueza e poder na freguesia, o que era o caso do senhor de Aniceto, com seus nove (9) escravizados relacionados em seu inventário.

A Aldeia dos Anjos era uma das freguesias mais populosas do município de Porto Alegre, no ano de 1814, três anos antes do nascimento de Aniceto (1817), o censo destacava que a localidade possuia 2.497 habitantes, que se dividiam entre 71,3% de livres e libertos (1781) e 28,7% de escravizados (716)[16]. Comparando os dados do censo de 1814, com os de 1858 e 1872[17] (ver tabela 2), percebe-se que Aniceto nasceu e passou toda sua vida morando em uma Aldeia dos Anjos bastante populosa e com uma *"elevada"* população escravizada para os padrões da Província de São Pedro. Os escravizados desta freguesia representavam 25,8% da população da Aldeia dos Anjos tanto pelo censo do ano de 1858 (1.391) quanto o de 1872 (1.628), percentual bastante parecido com o apresentado pelo censo de 1814.

Tabela 2 – População por condição municípios da Província, 1814, 1858 e 1872

Condição	1814		1858		1872	
	N	%	Nº	%	Nº	%
Livres e Libertos	1.781	71,3	3.996	74,2	4.694	74,2
Escravizados	716	28,7	1.391	25,8	1.628	25,8
Total	**2.497**	**100,0**	**5.387**	**100,0**	**6.322**	**100,0**

Fonte: Dados de 1814 e 1858 foram compilados do Censo de 1814 e do quadro "População da Província no fim do ano de 1858, segundo o mapa tirado pelas listas de família", ambos constantes in: Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul* - Censos do RS 1303-1950. Porto Alegre, 1981. Já os dados de 1872 foram compilados do quadro "População considerada em relação às idades" do Censo Geral do Brasil, 1872.

16 Para efeito de comparação com outros períodos (1858 e 1872), foram agregados entre os livres e libertos "brancos de ambos os sexos", "indígenas de raça pura (primitivos)" e "livres de todas as cores", que equivalem a respectivamente, 1.292, 256 e 233 habitantes (1781), também foram excluídos 156 pessoas que não conseguimos distinguir entre escravizados e libertos, descritos como "Recém nascidos de qualquer condição e cor".

17 Para o censo de 1872 considerei os dados presentes no quadro da "População considerada em relação às idades". ao invés do "Quadro geral da população da Paróquia". Decisão que provém da diferença encontrada no número de escravizados que varia para todas as freguesias da região da Província de São Pedro, conforme o quadro geral teria ocorrido uma redução de 230 escravizados, mas pelo quadro da idade teria ocorrido um aumento de 59 cativos, o que manteria inalterado o percentual escravo do censo de 1858 (25,8%). Os dados parecem se aproximar mais com os números que vem sendo apresentados por Thiago Araújo ao usar os dados da matrícula de escravos dos anos de 1872/73 para questionar os dados do censo de 1872. Para observar os dados e suas observações ver PEDROSO, Wagner de Azevedo Pedroso. *Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado), p.42-43.

Temos que Aniceto viveu em uma Aldeia dos Anjos na qual o trabalho escravizado era bastante utilizado nas atividades desenvolvidas nesta freguesia. Esse perfil demográfico, aliado ao predomínio de propriedades com poucos escravizados e uma atividade produtiva variada, devem ter permitido a Aniceto, que possuía uma atividade diferenciada (campeiro), obter algumas vantagens nas estratégias cotidianas em relação a outros escravizados, assim como pode ter lhe proporcionado melhores condições para acumular o pecúlio necessário para a "conquista" de sua liberdade em 1848, talvez ser um dos padrinhos que mais constava nos registros de batismos entre os anos de 1832 e 1860, possam ajudar a sugerir explicações sobre suas estratégias cotidianas.

Estratégias para liberdade: Aniceto, apadrinhamento e relações verticalizadas

Aniceto "Angelo da Fonseca" era bastante requisitado como padrinho nos batismos da Aldeia dos Anjos, tanto quando escravizado, como quando liberto. Aniceto era um dos padrinhos que mais constou nos registros de batismos, entre os anos de 1836 a 1860, apadrinhou 20 escravos, sendo 10 mulheres e 10 homens, de diversos senhores (ver quadro). Sua vida como padrinho iniciou cedo, em 1836, logo após completar 18 anos, quando em menos de 2 meses, apadrinhou seus três primeiros afilhados(as), Maria, Ana e Aniceto, cada qual de um senhor(a) diferente.

Quadro - Afilhados(as) de Aniceto Angelo da Fonseca (1836-1860)

	Folha	Data registro	Afilhado(a)	Senhor(a)
1	24f	07/09/1836	Maria	Maria de Araujo
2	25v-26f	16/10/1836	Ana	Jose de Vargas Soares
3	26v-27f	30/10/1836	Aniceto	José Gomes Pahim
4	36f	31/05/1841	Israel	Joaquim Pahim Coelho
5	36v	01/06/1841	Aniceto	Ignácio Terra
6	43v	31/07/1842	Silveria	José Angelo da Fonseca
7	57f-v	07/04/1844	Eduardo	Francisca Antonia Nunes Benfica
8	58f-v	28/05/1844	Joaquina	Jose Joaquim Machado
9	59v-60f	29/09/1844	Inocente	Antonio Jose de Freitas
10	63f-v	06/05/1845	Vital	Jose Gonçalves de Mello e Francisca Rosa de Jesus
11	75f	19/09/1847	Aniceto	Custodia da Silva
12	77f	28/11/1847	Joana	Felisberto Silveira
13	78f	29/01/1848	Lionarda	Manoel Dias da Silva
14	78v	05/02/1848	Antonia	Francisco [?] Garcia
15	94f	26/10/1851	Alta	Emilia e Camilo
16	101f	21/11/1852	Prudêncio	Manoel Dias da Silva
17	109f	06/10/1853	Crescencio	Herdeiros da falecida Maria Rosa da Conceição
18	119f -v	23/09/1855	[Frontino]	Herdeiros da falecida Brigida Maria Pereira
19	124v	08/06/1856	Maria	Antonio de Vargas e Andrade
20	131f	31/03/1857	Balbina	Maria Rosaura Lopes de Leão

Fonte: Livro 9A, Batismos 1832, Abr-1866, Mar. Disponivel em: <www.familysearch.org>.
F–Frente e V–Verso

Talvez a escolha de Aniceto, poderia representar a busca de um padrinho que estivesse a uma posição superior a seu afilhado[18], ou como chama a atenção Silvia Brugger, ao analisar a questão do apadrinhamento para a localidade de São João del Rei, que a escolha de um padrinho escravizado, não necessariamente significará o abandono de uma lógica de busca de relações verticais, poderia até mesmo reforçá-la[19]. Sendo assim, seria possível pensar que a relação instituida através do apadrinhamento possa ter dado a seus afilhados, uma melhor visibilidade entre os outros escravizados.

Um caso que pode reforçar esta percepção de relações verticalizadas é o caso do afilhado de Aniceto Angelo da Fonseca que recebeu no batismo o nome de Aniceto, e como já apontamos anteriormente também tinha o mesmo ofício de *campeiro*. Extrapolando um pouco as fontes, mas não seria impossível inferir que a(s) relação(ões) estabelecida(s) pelo apadrinhamento possa(m) ter facilitado ao afilhado o acesso ao ofício de campeiro. Esta percepção converge com o que propôs Sherol Santos, para os apadrinhamentos em Santo Antonio da Patrulha (1773-1824), quando afirma que *"a relação entre padrinho-afilhado deve ser compreendida além do parentesco espiritual e religioso, e inserida nas relações sociais da comunidade"*[20].

Bruna Sirtori e Tiago Gil ao analisar a questão da geografia do compadrio para as regiões de Viamão, Porto Alegre e Aldeia dos Anjos, para o final do XVIII, sugerem que o mercado de compadrio se restringia a localidade, e que:

> ... talvez *haja grande exagero no peso dado ao compadrio como relação pessoal*. Muitas vezes, o compadre poderia ser alguém próximo, do cotidiano imediato dos pais, e não um investimento de longo prazo ou a

18 Robert Slenes, estudando o oeste paulista no século XIX, destaca que no "... que diz respeito às relações de compadrio entre escravos do mesmo senhor, fica patente que [...] os pais escolhiam mais compadres qualificados ou empregados no trabalho doméstico (e menos compadres de "roça/lavoura")...". SLENES, Robert W Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil. Império*: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 268-269.

19 BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004, p. 6.

20 SANTOS, Sherol. *Apesar do cativeiro*: Família escrava em Santo Antônio da Patrulha 1773-1824. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2009. (Dissertação de Mestrado), p. 131.

consagração de longa amizade. De qualquer modo, isso requer maior aprofundamento, mas em trabalhos futuros[21]. (Grifo nosso)

Apesar de haver discusões com relação a questão da importância do compadrio como relação pessoal, pode-se compreender que parte dos compadrios poderiam ser, como Sirtori e Gil apontam, uma decisão que estaria relacionada muitas vezes a alguém que estivesse próximo e não necessariamente a um investimento a longo prazo, mas também deve-se compreender que não ter uma ampla gama de padrinhos para escolher, não significa dizer que não haviam escolhas. É necessário entender ser possível existir escolhas, mesmo que restristas, sugere-se aqui que, talvez, os "círculos familiares" dos escravizados poderiam espandiar suas escolhas. Aponta-se que as relações de compadrio, do grupo de Aniceto Angelo da Fonseca, estavam relacionadas diretamente a constituição de seus familiares, e, possivelmente, servisse para alcançar ou manter uma posição de destaque na propriedade senhorial, como o caso de Aniceto Angelo da Fonseca parece indicar.

Para reforçar a questão do apadrinhamento como uma estratégia de longo prazo, será destacado o caso de Aniceto Angelo da Fonseca. Ao analisar seu inventário *post-mortem* do ano de 1895, verificou-se que não tinha ascendentes e nem descendentes, sendo seus bens partilhados entre seus sete sobrinhos e sua viúva. O interessante dos dados constantes nesse inventário reside na parte da descrição dos sobrinhos(as) na partilha de bens, que aparece da seguinte forma:

> Quinhão a cada um dos três sobrinhos Augusto Angelo da Fonseca, Emilia Guilhermina da Fonseca e João Salasar da Silveira *representantes de suas finadas mães Eugenia, Silveria e Rita*.
> Quinhão a cada um dos quatro sobrinhos Aniceto Jorge da Fonseca, Vicentina Antonia da Fonseca e Rita Antonia da Fonseca e Joaquim da Fonseca *representantes de sua finada mãe Joaquina*[22]. (Grifo nosso)

É possível afirmar que a longevidade das relações estabelecidas, ou fortalecidas, entre Aniceto e seus sobrinhos eforam resultado de seus laços de compadrio, como percebe-se na relação entre Aniceto e João Salasar da Silveira (filho de Rita, escravizada de Marcelino Luis da Silveira), iniciada em 10 de junho de 1866, quando o Aniceto apadrinha João, mas não somente o apadrinha, ele, na propria pia batismal, paga pela liberdade de João (1866), ou como consta no batismo:

21 SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: *V Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional*, 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>, p. 16.

22 Os pertences consistiam em alguns poucos móveis e três (3) terrenos localizados na Aldeia dos Anjos. Inventário de Aniceto Angelo da Fonseca. Folha 5 frente.

> *Declarou no ato do batismo, o senhor do inocente João perante as testemunhas José Rodrigues da Fonseca e Miguel Antonio Dutra, que libertava ao inocente João para todo o sempre pela quantia de cem mil reis,a qual recebeu do padrinho Aniceto Angelo da Fonseca...*[23] (Grifo nosso)

O inocente João se beneficiou da relação de apadrinhamento já no momento de seu batismo, quando Aniceto Angelo da Fonseca paga por sua liberdade. O ato de compra de liberdae também pode ser observado em outro caso da Aldeia dos Anjos, quando Patrício de cinco anos, escravizado de Antonio Pahim de Andrade, teve sua liberdade paga por seu padrinho Antônio Francisco Correia durante o momento da partilha de seu senhor[24].

Mas a relação de compadrio não para por ai, a mãe de João, Rita, apadrinhou outra escrava de nome, também, Rita (afilhada), mas esta escravizada de Manoel Rodrigues da Fonseca, provavelmente Rita Antonia da Fonseca relacionada no inventário de Aniceto. Interessante que o padrinho da possível Rita Antonia da Fonseca foi Augusto Angelo da Fonseca[25], também escravo do mesmo senhor e filho de Eugenia. Provável se tratar dos escravizados Augusto (6 anos) e Eugenia (25 anos) relacionados no inventário de José Angelo da Fonseca, ou seja, companheiros de cativeiro de Aniceto Angelo da Fonseca. Mas estes escravizados eram mais que companheiros, Eugenia era irmã de Aniceto, pois, conforme registro de batismo, temos que ela era "*...filha natural de Teresa de nação da Costa, escrava de José Angelo da Fonseca*" e teve como "padrinhos Eusebio da Silva [Barros] pardo forro e Rosa escrava de Rosa Maria da Encarnação..."[26].

Tanto Aniceto como Eugenia são filhos de Tereza de nação, escravizada de José Angelo da Fonseca, teriamos nessa partilha entre sobrinhos uma rede familiar que se formou na propriedade senhorial. Tendo uma mãe africana (Tereza), filhos (Aniceto Angelo da Fonseca e Eugênia), netos (filhos de Eugênia: Augusto Angelo da Fonseca, Silveria, Joaquina e Rita) e bisnetos (filhos de

23 Livro 9A, Batismos 1832, Abr-1866, Mar, fl. 295v. Disponível em: <www.familysearch.org>. O senhor de Rita, Marcelino Luis da Silveira era o esposo de Maria Bernardina da Fonseca, filha de José Angelo da Fonseca. No testamento do pai de Maria Bernardina, foi lhe deixado de herança a escrava Rita, sendo assim, é compreensível os registros da dita escrava aparecerem como seu senhor Marcelino Luis da Silveira.

24 Inventário Antônio Pahim de Andrade, fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre, I Vara da Família e Sucessão, ano 1872, processo 2019, APERS.

25 Livro 9A, Batismos 1832, Abr-1866, Mar, fl. 214 frente. Disponível em: <www.familysearch.org>. Destacar na parte da nomeação que já usa o sobrenome mesmo antes da alforria de 1868.

26 Livro 1, Batismos 4 10.11.1811-19.10.1823, folha 174 verso. Disponível em: <www.familysearch.org>.

Joaquina: Aniceto Jorge da Fonseca, Vicentina Antonia da Fonseca e Rita Antonia da Fonseca e Joaquim da Fonseca; Emilia, filha de Silveria; e João Salasar da Silveira, filho de Rita). Este grupo familiar procurou fortalecer seus laços através do compadrio, como nota-se no batismo de Joaquina, filha de Eugenia, que teve como padrinhos Joaquim Diogo Carvalho e *Theresa*, escrava de Jose Angelo da Fonseca[27], Theresa era mãe de Eugênia, e também avó e madrinha de Joaquina.

Entre os quatro filhos de Joaquina relacionados na partilha dos bens de Aniceto, temos que, pelo registro de Rita, descrito anteriormente, os irmãos (Augusto Angelo da Fonseca e Rita) de sua mãe foram seus padrinhos. Estas relações de compadrio fortaleceram as ligações do grupo familiar e contribuiram para ampliar suas estratégias cotidianas, assim como, auxiliaram na própria "conquista" da liberdade, como destacado no caso de João, filho de Rita.

Vicentina Antonia da Fonseca, filha de Joaquina, teve como padrinhos *João Baptista Lessa e Francisca Antonia da Conceição*[28], provavelmente, ambos livres ou libertos, assim como seu irmão Joaquim da Fonseca, também teve como padrinhos *Manoel Faustino de Lima e Thereza Antonia da Fonseca*[29]. A escolha de padrinhos livres ou libertos dos filhos de Joaquina, Vicentina e Joaquim, poderia estar ligada a estratégias que visavam criar relações verticalizadas, destes escravizados, na Freguesia da Aldeia dos Anjos.

Silveria, filha de Eugênia, não foi batizada por livres ou libertos, mas por Aniceto (Angelo da Fonseca) irmão de sua mãe, que nesse momento ainda era um dos escravizados de José Angelo da Fonseca.[30] Vinte cinco (25) anos após seu batismo, em 1867, Silveria voltou a aparecer no registro de batismo (descrita como "mulata"), agora para registrar sua filha Emília (Guilhermina da Fonseca), filha que foi batizada livre, e teve como padrinhos pessoas livres ou libertas – José Francisco Cidade e Delfina Francisca dos Santos[31].

---

27 Livro 9A, Batismos 1832, Abr-1866, Mar, fl. 5 frente. Disponível em: <www.familysearch.org>.

28 Livro 10, Batismos 6.4.1866 - 4.11.1874, fl. 231v. Disponível em: <www.familysearch.org>.

29 Livro 10, Batismos 6.4.1866 - 4.11.1874, fl. 128f. Disponível em: <www.familysearch.org>.

30 Livro 9A, Batismos 1832, Abr-1866, Mar, fl. 43v. Disponível em: <www.familysearch.org>.

31 Livro 10, Batismos 6.4.1866 - 4.11.1874, fl. 26f. Disponível em: <www.familysearch.org>. Silveria era uma das escravizadas de José Angelo da Fonseca e ficou de herança para sua filha Florisbela Maria casada com José Francisco de Jesus, explicando aparecer como escravizada de José Francisco de Jesus no registro

Os dados referentes ao apadrinhamento sugerem que as relações de compadrio não eram tão sem importância, pelo menos não para este grupo de escravizados da Aldeia dos Anjos, relações que indicam que os laços de compadrio destacados se mantiveram por um longo período. Este pequeno apanhado de dados permite captar fragmentos das redes de compadrio de "Aniceto Angelo da Fonseca" e indicam as possíveis estratégias desses escravizados para fortalecer suas relações familiares, assim como, sugerem uma busca por "relações verticalizadas" de compadrio, por parte dos escravizados de José Angelo da Fonseca. Esses apontamentos, sobre o apadrinhamento, talvez apresentem indícios para compreensão do casamento e alforria de Aniceto Angelo da Fonseca, assim como da escolha do sobrenome senhorial para fazer parte de sua vida pós escravidão.

De escravizado a liberto: casamentos, filha e práticas de nomeação

A posição de destaque de Aniceto na propriedade senhorial, por ser *campeiro*, pode se reforçada pelo testamento, presente no inventário de José Angelo da Fonseca, que dá indícios desta posição na terceira declaração inicial deste documento, quando seu senhor deixa:

> ... *cortada na metade do seu valor*, por que for avaliado, o meu mulato Aniceto, *pelo bem que me tem servido com a condição porém de servir a minha mulher enquanto ela for viva*, e depois por morte da dita minha mulher ele gozará de sua liberdade, que vindo ela deixa-lo na sua terça, e quando não ele responderá aos meus herdeiros o que ficar devendo e eles lhe passaram a sua carta de liberdade[32].

Apesar do inventário de seu senhor ser do ano de 1844, será somente em 1848 que Aniceto terá registrada sua alforria, quando sua senhora Zeferina Antônia de Jesus, viúva de seu antigo senhor, lhe perdoará metade do valor de sua avalição, conforme o estipulado no testamento. Mas Zeferina lhe perdoará mais 200$000, pois, conforme o registro de alforria, a senhora cortou seu valor "*em atenção aos bons serviços prestados e amor de criação*"[33].

---

de batismo de Emilia,

32 Testamento constante no inventário de José Angelo da Fonseca do ano 1844, processo 1453. APERS. Fundo 004: Comarca Porto Alegre – localidade Porto Alegre – subfundo: I Vara de Família e Sucessão.

33 "Aniceto; pardo; Sra. Zeferina Antônia de Jesus (viúva de José Angelo da Fonseca); dt.conc. 30-07-48; dt. reg. 01-11-48 (Livro 1, p.64r). Desc.: A carta foi concedida mediante o pagamento, pelo escravo, de 300$. O escravo havia recebido liberdade no testamento do falecido marido da senhora, que o deixou cotado em 1:000$, o qual lhe perdoava a metade de seu valor, *mas em atenção aos bons serviços prestados e amor de criação*, a senhora lhe perdoou mais 200$". (Grifo nosso). MOREIRA, Paulo; TASSONI, Tatiani. *Que com seu trabalho nos sustenta*: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888). Porto Alegre: EST, 2007, p. 713.

Destaca-se que em 24 de agosto de 1844[34], apenas sete meses após o falecimento de seu senhor (29 de janeiro de 1844) e antes de sua alforria, Aniceto Angelo da Fonseca já estará se casando com Leopoldina Maria da Conceição. O casal ficou junto por aproximadamente 48 anos, até Aniceto falecer em 1894. Robert Slenes, analisando os casamentos escravos em Campinas, e especificamente o caso de Policarpo e Afra, afirmou que casamentos "com uma duração de 40 anos certamente eram raros no Brasil do século XIX, dadas as altas taxas de mortalidade da época, especialmente entre escravos"[35], o autor destaca que não seria incomuns uniões de "longa" duração, com 10 anos ou mais. Apesar de não se tratar de um casamento de escravos, visto que ambos já eram livres no momento de seu matrimônio, as observações de Slenes permitem, mesmo assim, destacar a longa relação desse casal.

Para ampliar a percepção da duração de matrimônios, destaca-se dois casos na Aldeia dos Anjos – Feliciano e Adriano. O primeiro se refere ao casal Feliciano e Izabel, escravizados de Antonio Pahim de Andrade, que estiveram casados por, pelo menos, treze (13) anos, nesse período em que viveram juntos, tiveram, pelo menos, três filhos – Thomazia, Manoel e Patrício[36].

Por último temos o caso do casal Adriano "de nação" e Maria "nação nagô", ambos escravizados de Joaquim Pereira Pinheiro, que ficaram juntos, por, pelo menos, vinte e um (21) anos, de 16 de abril de 1855 (casamento) até 4 de novembro de 1876 (morte de Adriano), conforme registro de óbito ambos ainda eram escravos do mesmo senhor[37]. Estes dois casos e o de Aniceto e Leopoldina, sugerem a possibilidade de uniões estáveis por longo período na Aldeia dos Anjos.

Há ainda dois registros de matrimônio ("Manoel e Teresa Caetana" e "Wenceslau José Francisco e Josefa Emilia da Fonseca") que se relacionam a Aniceto Angelo da Fonseca. Destaca-se

---

34 Livro 2, Matrimônio 7.1.1841-7.7.1860, folha 28 frente e verso. site: <www.familysearch.orgp>.

35 SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*: esperança e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 78-79.

36 Conseguimos acompanhar fragmentos de sua trajetória de vida até o momento de sua alforria, após sua liberdade não foram encontrados mais indícios dessa pessoa nas fontes pesquisadas. Ver PEDROSO, Wagner de Azevedo Pedroso. *Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado), p.196 (nota de rodapé 288)

37 Livro 1, Óbitos 1835, Jan-1878, Jun, folha 107 verso. site: <www.familysearch.org>.

primeiramente a união entre o *escravizado* Manoel e a *livre* Teresa Caetana, da qual Aniceto foi uma das testemunhas do matrimônio[38]. Interessante destacar que Aniceto aperece em muitos dos registros eclesiásticos relacionado com pessoas livres ou libertas, fortalecendo o sugerido do grupo de escravizados, do qual Aniceto fazia parte, buscar, sempre que possível, estabelecer relações sociais verticalizadas. A presença de Aniceto em tantos registros de batismos (como padrinho), como nesse matrimônio talvez indiquem uma proximidade com a instituição religiosa da Aldeia dos Anjos, questão que somente será confirmada através de uma pesquisa mais detalhada.

O segundo caso, e mais importante, é do casamento ocorrido a uma hora da tarde do dia primeiro de maio de 1858, neste dia, Wenceslau José Francisco, filho natural de Josefa Maria, irá se casa com "*Josefa Emilia da Fonseca*", o sobrenome já indica poder se tratar de alguém da rede de relações de Aniceto, mas continuando a leitura deste registro de matrimônio consta a seguinte descrição: "*filha natural de Aniceto Angelo da Fonseca e de Felicidade Vieira*, já falecida"[39]. Este registro apresenta informações sobre *compadrio* e *relações sociais verticalizadas*, comecemos pelo compadrio, mas para isso precisa-se apresentar o registro de batismo de Josefa, no qual consta que nasceu "em dezesseis de novembro de mil oitocentos e trinta e nove anos" e que era "filha natural de Felicidade, parda forra natural desta Freguesia, *foram padrinhos Mariano Martins Flores e D. Josefa Maria Ferreira...*"[40]. (Grifo nosso)

Josefa, filha de Aniceto Angelo da Fonseca, teve como madrinha, Josefa Maria Ferreira, provavelmente seja a mesma "Josefa Maria" que aparece no registro de seu casamento como mãe de seu esposo, Wenceslau José Francisco. A rede de compadrio, nesse caso, convergiu para um matrimônio entre o filho da madrinha e sua afilhada, reforçando os laços criados no batismo de Josefa. Para finalizar, destaca-se que no batismo de Wenceslau, percebeu-se que nasceu escravizado (1827)[41], diferentemente de sua esposa que já nasceu livre (1839), talvez está diferença de

38 Livro 2, Matrimônio 7.1.1841-7.7.1860, folha 125 frente. site: <www.familysearch.orgp>.

39 Livro 2, Matrimônio 7.1.1841-7.7.1860, folha 129 frente. site: <www.familysearch.orgp>.

40 Livro 6, Batismos 1832, Fev-1845, Jan, folha 137 verso. site: <www.familysearch.orgp>.

41 Livro 5, Batismos 1823, Out-1832, Fev, folha 102 verso. site: <www.familysearch.orgp>.

"condição" tenha contribuído para Wenceslau casar-se com Josefa apenas alguns meses após "conquistar" sua liberdade em 12 de janeiro de 1858, com seus 30 anos de idade[42].

Finalizando as observações sobre o casamento da filha de Aniceto, deve-se observar que Aniceto teve uma filha com outra pessoa que não era sua esposa Leopoldina, para compreender essa relação, destaca-se que Josefa nasceu em 16 de novembro de 1839, ou seja, cinco anos antes de Aniceto casar-se com Leopoldina. Infelizmente não foi encontrado o registro de óbito de Felicidade Vieira para saber quando veio a falecer, sendo assim, não temos como saber se Aniceto iniciou uma relação com a mãe de Josefa, mas após sua morte tenha encontrado em Leopoldina Maria da Conceição uma nova companheira para sua vida, ou mesmo, se apenas optou por ficar com Leopoldina ao invés de Felicidade. Mas o registro de casamento de Josefa permite apontar que tanto Felicidade como Leopoldina eram livres, antes mesmo de Aniceto se tornar livre, sendo assim, sugere-se que Aniceto buscou, sempre que possível, criar relações sociais verticalizadas que possivelmente também faziam parte da estratégia de seu grupo familiar anteriormente destacado.

Práticas de nomeação: De "pardo" Aniceto a Aniceto Angelo da Fonseca

Após a alforria de Aniceto Angelo da Fonseca, em 1848, verifica-se que é mantida ligações com a família de seu antigo senhor, José Angelo da Fonseca, pois, no inventário de Aniceto, verifica-se uma propriedade viinha de propriedade de um filho de José Angelo da Fonseca. Mas, principalmente, Aniceto acrescentará a seu nome, após a alforria, o sobrenome de seu antigo senhor. Rodrigo Weimer, ao analisar a região dos Campos de Cima da Serra no final do século XIX, sugere, inspirando-se em Rebeca Scott:

> "que os nomes estão paralelos às "cores", ao tentarem estabelecer a "igualdade formal em uma sociedade hierárquica" de que fala Mattos (2005 p.298-299). Se ter um sobrenome não iria abolir distinções resultantes de outros tipos de classificação social em uma sociedade hierárquica, ao menos ampliava suas possibilidade de ação civil".[43]

42 MOREIRA, Paulo; TASSONI, Tatiani. *Que com seu trabalho nos sustenta*: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888). Porto Alegre: EST, 2007, p. 716.

43 WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade*: Experiência de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2007. (Dissertação de Mestrado), p.237.

Um fato interessante quanto ao uso do sobrenome dos senhores esta relacionada diretamente ao grupo familiar de Aniceto Angelo da Fonseca. Analisando os assentos de batismos encontrou-se um registro de 24 de abril de 1860, no qual consta que Ignacia, filha da crioula Marcelina, escrava de Joaquim Antonio de Jesus, teve como padrinhos *Augusto Angelo da Fonseca e Joaquina Antonia de Jesus*. Destaca-se aqui que Augusto era um dos sobrinhos de Aniceto, é que mesmo antes de sua alforria, em 1868[44], ele já utiliza o sobrenome de seus senhores. Esta prática também foi utilizada por Aniceto, que mesmo antes da conquista de sua liberdade (1848), já passa a utilizar o sobrenome senhorial no seu casamento, destacado anteriormente, ocorrido no ano de 1844.

A prática de agregar o sobrenome senhorial ao nome também pode ser verificada no caso do afilhado de Aniceto Angelo da Fonseca, João. Observando o inventário *post-mortem* deste padrinho, percebe-se que o afilhado agrega a seu nome o sobrenome senhorial "Silveira", passando assim a se chamar, João Salasar da Silveira. Os dados apresentados fortalecem a percepção de que a agregação do sobrenome senhorial parece ser uma estratégia padrão do grupo familiar de Aniceto Angelo da Fonseca.

Mas não era somente no grupo familiar de Aniceto que as práticas de nomeação (agregação do sobrenome senhorial) pareciam ter importância. Ainda é possível indicar a existência de outros casos no qual esta práticas de nomeação foram importantes, como foi o caso dos sobrenomes senhoriais "Fialho" e "Pahim", mas nesse caso nos deteremos somente no grupo que agregou o sobrenome "Pahim"[45].

Conforme Luciano Souza Costa, estudando comunidade quilombolas de Gravataí e Viamão, apontará que Manoel Barboza e sua esposa *Maria Luiza Pahim de Andrade*, eram, ambos,

---

44 "Augusto; pardo; nascido e batizado na freguesia; Sr. Manoel Rodrigues da Fonseca; dt. Conc. 08-09-68; dt. Reg. 19-02-69 (Livro 1, p.170v.). Desc.: A carta foi concedida mediante o pagamento de 2:000$ por Feliciano Francisco de Jesus". MOREIRA, Paulo; TASSONI, Tatiani. *Que com seu trabalho nos sustenta:* as cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888). Porto Alegre: EST, 2007, p. 718.

45 Importante destacar que as famílias senhoriais Fialho, Pahim e Fonseca possuíam relações de matrimônio entre seus integrantes, questão que, provavelmente, influenciou os escravizados desses senhores. Entre essas relações senhoriais temos que Antonio Dias Fialho era irmão de Manoel Dias Fialho Filho, e este último, era casado com a filha de João Pahim de Andrade, que era irmão de Antonio Pahim de Andrade. Para saber mais informações sobre estas redes de relações, ver PEDROSO, Wagner de Azevedo Pedroso. Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado), P.133-167.

descendentes de escravizados. Vinícius Oliveira, ao buscar resgatar a origens dos ancestrais de Maria Luiza Pahim, destaca que o sobrenome Pahim, provavelmente, tem relação com o senhor Antônio Pahim de Andrade, que era integrante de uma família escravista e grande proprietária de terras, assim como apontará que os ancestrais da comunidade de Manoel Barbosa possuíam vínculos com os senhores da família Pahim. Conforme Oliverira, os sogros de Manoel Barbosa dos Santos, *Fabrício e Eva*, utilizavam o sobrenome Pahim de Andrade, e ambos haviam sido escravizados dessa família senhorial, o autor segue a análise apontando para as possíveis relações de trabalho estabelecidas entre esta família, escrevendo que:

> "Fabrício fora escravo de Manoel Antônio de Vargas e Eva, de Maria Antônia de Vargas. Possivelmente *a adoção do sobrenome Pahim de Andrade tenha se dado após a liberdade e em função de vínculos de trabalho estabelecidos com esta última família de grandes fazendeiros da região*. Cabe lembrar que nenhum descendente deste casal perpetuou o uso deste sobrenome, o que possivelmente se deve a cessão dos vínculos de trabalho com esta família".[46] (Grifo nosso)

Para finalizar este texto, destaca-se que as práticas de nomeação não se restringiam somente aos sobrenomes senhoriais, mas também se encontra no próprio nome que os filhos estão recebendo. Comecemos com o próprio Aniceto Angelo da Fonseca, que recebeu seu nome, possivelmente, em "homenagem" a seu padrinho, também chamado Aniceto, mas Aniceto Angelo da Fonseca, não somente receberá o nome de seu padrinho, ele perpetura esse nome em diversos de seus afilhados (ver quadro). Não será somente Aniceto que receberá o mesmo nome de seu padrinho, a própria filha de Aniceto, Josefa, terá o mesmo nome de sua madrinha "Josefa Maria Ferreira", assim como sua sobrinha, Rita Antonia da Fonseca, receberá o mesmo nome de sua madrinha Rita, escravizada de Marcelino Luiz da Silveira.

O que visou-se apresentar nesse texto foram alguns fragmentos da vida de Aniceto Angelo da Fonseca, destacando, principalmente, a existência de um grupo familiar matrilinear que procurou se manter unido através de uma rede de compadrio, que em muitos momentos parece ter servido para contribuir para a "conquista" da liberdade dos integrantes desse grupo. Também buscou-se sugerir, através dos dados levantados, que o grupo familiar de Aniceto, sempre que possível, buscou estabelecer relações sociais verticalizadas, possivelmente, buscando atingir uma posição de maior

46 OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. Diálogos entre a pesquisa histórica e a memória quilombola: um estudo sobre a Comunidade de Manoel Barbosa/RS In: *Prêmio Territórios Quilombolas 2ª Edição*. Brasília: MDA, 2007, p. 180.

destaque na sociedade da Aldeia dos Anjos, questão que será reforçada com a existência de uma prática de nomeação que agregava ao seu nome o sobrenome senhorial.

Fontes

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996

MOREIRA, Paulo; TASSONI, Tatiani. *Que com seu trabalho nos sustenta*: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888). Porto Alegre: EST, 2007.

Fundação de Economia e Estatística. *Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul* - Censos do RS 1303-1950. Porto Alegre, 1981

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – AHCMPA.

AHCMPA. Livros de registros de batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, disponíveis em: <www.familysearch.org>, dos períodos:

“1832, Abr-1866, Mar”, “1784, Mai-1796, Mai”, “1783, Mai-1805, Out” e “1823, Out-1832, Fev”.

AHCMPA. Livros de registros de matrimônios da Paróquia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, disponíveis em: <www.familysearch.org>, dos períodos:

“1777, Nov-1811, Jan”, “1841, Jan-1869, Fev” e “1860, Jul-1868, Mai”.

AHCMPA. Livro de registros de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, disponíveis em: <www.familysearch.org>, dos períodos:

“1833, Jan-1878, Jun”, “1878, Jul-1904, Mar” e “1878, Jul-1904, Mar”.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS

APERS. Processo-crime, Sumário Júri, processo 1060, maço 35, 1863, APERS

APERS. Inventário *post-mortem*. Moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos:

Fundo 004: Comarca Porto Alegre, localidade Porto Alegre – I Vara da Família e Sucessão - Ano: 1844 – processo: 1453 – Inventário de José Angelo da Fonseca.

Bibliografia

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004

COSTA, Luciano de Souza. *Anastácia, Manuel Barbosa e Ferreira-Fialho, famílias e territórios negros*: tradição e dinâmica territorial em Gravataí e Viamão, RS. Porto Alegre: PPGA/UFRGS, 2007.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. Diálogos entre a pesquisa histórica e a memória quilombola: um estudo sobre a Comunidade de Manoel Barbosa/RS In: *Prêmio Territórios Quilombolas* 2ª Edição. Brasília: MDA, 2007.

PEDROSO, Wagner de Azevedo Pedroso. *Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Sherol. Apesar do cativeiro: Família escrava em Santo Antônio da Patrulha 1773-1824. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2009. (Dissertação de Mestrado).

SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: V Encontro Escravidão & Liberdade no Brasil Meridional, 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*: esperança e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999

________________. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

TEIXEIRA, Luana. *Muito mais que senhores e escravos*. Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871). Florianópolis: PPGH/UFSC, 2008. (Dissertação de Mestrado).

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade:* Experiência de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2007. (Dissertação de Mestrado).

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. 208 p. (Coleção Ciências Sociais).